A IMPORTANCIA DA FAMÍLIA COMO COLOBORADORES DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

RAFAELA RODRIGUES GUIMARÃES

RESUMO:
O artigo tem como intuito destacar a importancia da participação da família na educação das crianças da educação infantil na pandemia de covid 19 no ano de 2020 como parceiras da escola, sendo um elo muito importante para não romper as ligações com a escola e com os alunos.
PALAVRAS-CHAVE: Família; Pandemia; Escola; Educação infantil.

1 INTRODUÇÃO

Crianças, entende-se como um ser diferente do adulto, diferenciado na idade, na maturidade, além de ter certos comportamentos típicos. Porém, tirando a idade, o limite entre criança e adulto é complexo, pois este limite está associado à cultura, ao momento histórico e aos papéis determinados pela sociedade. Estes papéis dependem da classe social – econômica em que está inserida a criança e sua família, desvinculando-a das relações sociais de produção existente na realidade.

A valorização e o sentimento atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidas e difundidas, tem sido modificada a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social. Percebem-se essas transformações em pinturas, diários de família, testamentos, igrejas e túmulos, o que demostram que família e escola nem sempre existiram da mesma forma.
Em um ano em que o convívio foi brutalmente interrompido por uma pandemia jamais vista, causou medo, ansiedade e insegurança nos educandos, educadores e pais. A pergunta principal era como não romper o elo entre a escola e os alunos?

CAPÍTULO I- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Nos dias atuais somos educadores que precisamos estar atentos às diversidades que até então são várias, porque ninguém é igual a ninguém. Nesse sentido, é o diferente como algo positivo e não como discriminação, preconceito e desigualdade. Partindo dessa ideia, a diversidade está relacionada com a educação, porque direciona o ensino educacional e pedagógico, com qualidade para todas as pessoas (MARANHE, MORAES, 2009).

Num primeiro momento a educação infantil surge como uma necessidade da classe burguesa para que pudéssem educar seus filhos de forma a manter a hegemonia social, e em segundo, para disseminar junto a classe dominada sua ideologia, e dessa forma manter-se no poder.

Neste período, a criança passa a ser vista não mais como um “adulto em miniatura”, mas um ser que necessita de cuidados e proteção específicos a sua natureza frágil, para um pleno desenvolvimento.

A partir do Século XVIII buscaram novos métodos educacionais, de modo a suprir a nova tendência educacional voltada para as crianças menores de sete anos.
Muitos teóricos contribuíram para que fossem desenvolvidos novos processos de aprendizagem, voltados a educação infantil, dentre os quais citamos:

Jean Jacques Rosseau (1712-1772), que contribuiu ao ressaltar que a criança não poderia mais ser considerada homen pequeno, pois ela vive em um mundo próprio e que cabe ao adulto compreedê-la. Ele considerava a vida da criança vinculada à educação e que cada fase de seu desenvolvimento deveria ser-lhe dada condições de vivê-la intensamente.

Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), que influênciado por Rosseau, acreditava que os primeiros elementos da educação deveriam ser apresentados à criança de forma natural e intuitiva, influênciando o pensamento educacional do Século XIX.

Porém, no final do Século XIX, início do Século XX, na Europa e Estados Unidos aconteceram às mudanças mais significativas referentes á educação, pois com a afirmação social da burguesia liberal no poder e o fim do poder da Igreja em relação à educação, foram implantadas as primeiras “escolas novas”, uma escola laíca, elaborada por todos.

Celestin Freinet (1896-1966) defendia a realização de um trabalho real, que lidasse com a realidade do aluno, sendo a cooperação fundamental no processo de descoberta do conhecimento.
Jean Piaget (1896-1980), um dos mais renomados teóricos da educação, afirmava que é na relação com o meio que á criança se desenvolve, e, portanto, cabe ao professor respeitar o nível de desenvolvimento da criança, sem forcá-la, mas sim, orientando-a em seu processo de aprendizagem.

Lev Demenovich Vygotsky (1986-934), buscou compreeder o homen em um processo de interação social, uma vez que para ele a pessoa aprende quando as informações são relevantes a ela. ·.

1.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Como na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil a idéia de infância surge a partir do aparecimento da sociedade capitalista, momento em que a criança passa a ser vista como um ser especial, que necessita de cuidados e atenção próprios a ele, e não mais como um adulto em tamanho menor. Porém, esta mesma criança é tida como um indivíduo não produtivo, que depende do adulto, e esta dependência tem um valor que varia de acordo com a classe social a qual esta criança pertence. Para uma família da classe dominante, o capitalista, a criança deve primeiro estudar, preparar-se adequadamente para no futuro assumir seu papel no trabalho e contribuir no aumento do capital de sua família. Já para a família da classe dominada, proletária, a criança também deve estudar, no entanto, o mais importante é que ela possa trabalhar para ajudar na renda familiar e assim aumentar seu valor.

No Brasil, como o importante para a clase dominada era o trabalho, devido a sua condição econômica prejudicada, e educação ficou em segundo plano, o que levou a um alto índice de evasão e reprovação escolar.

Diferentemente do processo educacional da Europa e dos Estados Unidos, em que a educação infantil surgiu para efetivar a hegemonia burguesa e proporcionar à criança, menor de sete anos, uma educação adequada às suas necessidades, no Brasil a educação infantil surge para compensar uma deficiência educacional denominada privação cultural.
Os programas compensatórios foram implantados para suprir as privações culturais, que delegava à falta de cultura das famílias carentes e a própria criança á culpa pelo “fracasso escolar”, tirando das políticas educacionais e da própria sociedade a responsabilidade por uma política idealizada para classe média, centrada em uma realidade que não condiz com a maoir parte da população brasileira, que sofre com a extrema desigualdade social.

A educação compensatória foi criada como um antídoto contra a privação cultural, e tiveram orígem no pensamento de Pestalozzi e Froebel, mais tarde sendo seguido or Montessori e McMillan. Em 1899, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil< elaborando leis próprias para crianças menores de oito anos, abandonadas, maltratadas, e para criar lugares como maternidades, creches e jardins da infância, voltados para o atendimento infantil. Porém, enquanto na Europa havia creches desde o Século XVIII e jardins de infância desde o Século XIX, no Brasil, ambas surgem apenas no Século XX, pois a primeira creche foi criada somente em 1908, nove anos após a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil.

Porém, somente a partir de 1930 o setor público passou a atuar de forma direta na educação infantil, pois até meados de 1930 as crianças brasileiras recebiam auxílio somente de grupos particulares, sem apoio público, sendo este atendimento realizado em sua maioria por médicos com atendimento voltados para aréa da higiene, saúde e posteriormente escolar, uma vez que a motalidade infantil era muito grande e atribuía-se à falta de educação sobre higiene e cultura o principal motivo para a grande mortalidade infantil, relegando a família a culpa por um problema, na verdade, social.

Em 19 de novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, Decreto nº 10.402, mais tarde, em 1940, ampliado e substituído pelo Departamento Nacional da Criança. De 1930 a 1980 foram criados vários orgãos voltados á criança, dentre eles o Serviço de Assistência a Menores em 1941, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição em 1972 e a Coordenação de Educação Pré - Escolar em 1975.

A educação foi distribuída por vários orgãos governamentais e três Ministérios, o da Saúde, da Previdência e Assistencia Social, e atualmente da Educação, sendo regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

1.3 A CRIANÇA NA CONSTITUIÇÃO

A Constituição de 1988 faz referência a direitos específicos das crianças e define como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado o “atendimento em creche e pré-escola”. A nova Cara nomeia formas concretas de garantir, não só amparo, mas principalmente a educação das crianças.

A seguir, alguns dos aspectos envolvidos nas definições que incindem sobre a problemática do atendimento educacional da criança.

1.4 DIREITOS DA CRIANÇA

O art. 227 define mais abrangentemente, os direiros da infância brasileira:”È dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adoles-

cente, com absoluta prioridade, o direito à vida, á saúde, á alimetação, à dignidade, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao repeito, à liberdade e a convivência famíliar comunitária".

À Promulgação da nova Carta é verificada a tarefa de elaborar legislação complementar, formular políticas sociais, estabelecer prioridades orçamentarias e expandir o atendimento em creches e pré-escolas.

CAPÍTULO II- O QUE É FAMÍLIA?

Família é o conceito que designa o grupo de pessoas associadas por relações consanguinidade ou aliança, as quais podem viver sob o mesmo teto, ou não. Trata-se tanto da sucessão de indivíduos vivos num determinado momento que mantêm ente si tais relações, quanto do conjunto de entes que tem uma ascestralidade comum, incluindo aqueles que elas se agregam, seja de modo perpétuo ou temporário. Mais recentemente tem designado o grupo de parentes – sobretudo pai, mãe e filhos-constituído por laços de casamento e filiação ou, excepcionalmente, adoção. Em sentido genérico, refere-se à soma de pessoas unidas por características, convicções ou interesses semelhantes, o que acaba gerando, em cada um de seus interesses, o sentimento de presença aquele grupo exclusivo.

Família é uma instituição secular que historicamente, se define pela ligação estreita e intima entre pessoas que se dispoe a conviver e partilhar suas experiências vitais-com destaque para a guarda e criação das novas gerações segundo as regras da tradição própria, bem como uso e costumes típicos de determinado tempo e espaço. Uma família não é so um tecido fundamental de relações, mas também um conjunto de papéis socialmente definido. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera do pai, de uma mãe, dos filhos, de todos os membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral e unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado. É através da família – menor célula organizada da sociedade-que o Estado pode exercer um controle sobre os indivíduos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Sem dúvida, nossa instituição familiar é patriarcal, autoritária e monogâmica. Mas cabe a cada um encontrar os subterfúgios, os "modus vivend', dentro das normas em vigor".

A atuação do Estado se exerce também indiretamente, pois tem controle de todos os mecanismos sociais existentes.

Assim, durante toda guerra, as mulheres são estimuladas a sair de seus lares e a trabalhar, dada ausência da mão-de-obra masculina. Uma série de medidas é posto em prática para poder liberar as mulheres casadas de suas responsabilidades tradicionais junto aos filhos e a casa. Surgem creches, os salários melhoram, os empregos "masculinos" tornam-se acessíveis a elas etc.

A família serve também de válvula de segurança das revoltas e conflitos sociais. Se por um lado o homem, em virtude de seu maior contato com o exterior através de seu trabalho, adquire mais consciência política, a mulher conhece mais de perto as necessidades da casa e dos filhos. Para manter o equilíbrio da célula familiar, ela servirá de contenção às revoltas dele, e com frequência de "bode expiatório" para suas frustações, angústia e conflitos irresolvidos no mundo exterior ao lar.

A família idealizada desenha-se como um suporte, como um lugar de aconchego e é descrita em vários estágios. Para cada fase da vida, a família aparece cumprindo uma função diferente. Primeiro ela se preocupa com a sobrevivência, depois com formação de valores, depois com suporte emocional e assim sucessivamente, durante toda a vida do sujeito. Se a função da família muda de acordo com as etapas da vida o mesmo não pode acontecer com sua composição: ela deve ser mantida. Os lugares, nessa instituição, aparecem estritamente demarcados por funções e cientificamente justificados pela Psicologia. Cada sujeito tem de ocupar o seu devido lugar.

A família é importante em todas as fases da vida, claro em graus diferenciados. Então é aquilo que dá suporte, equilíbrio a vida inteira.

Na contramão dessa família ideal, vai surgindo outra completamente esfacelada, (perdida), (sem tempo) e (sem responsabilidade para com a educação). Tal panorama familiar na criação dos filhos e justifica a entrada da escola para completar o que a família não dá conta de cumprir. Se, por um lado, há uma indecisão quanto a quem cabe a responsabilidade da educação (família ou escola?), por outo, responde-se essa questão à medida que a escola assume cada vez mais a função que era da família.

A palavra família, no dicionário no sentido popular, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas do mesmo sangue, ascendência linhagem, estirpe ou admitidos por adoção.

A maioria das pessoas, por isso, quando aborda questões familiares, refere-se espontaneamente a uma realidade bem próxima, partindo do conhecimento da própria família, realidade que creem semelhante para todos, em geral, acabam generalizando ao falar das famílias em abstrato. Entretanto os tipos de família variam muito.

As famílias, apesar de todos os momentos de crise

evolução, manifestam até hoje uma grande capacidade de sobrevivência e também, por que não dizê-lo, de adaptação, uma vez que ela subsiste sob múltiplas formas.
A natureza das relações dentro de uma família vai se modificando através do tempo. O aspecto mais problemático da evolução da família está sem dúvida alguma ligada ao questionamento da distribuição dos papéis ditos especificamente masculinos ou femininos, e esse é um problema chave para o surgimento de uma nova estrutura social.
É através da própria família que a criança se integra no mundo adulto. È nesse meio que aprende a canalizar seus afetos, a avaliar e selecionar suas relações. Ora, toda família visa, primeiramente, reproduzir-se a si própria em todos os sentidos: seus hábitos, costumes e valores que transmitirão por sua vez as novas gerações.
É na família que a criança ainda recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta, em função de seu sexo, sua raça, suas crenças religiosas, seu status econômico e social.

CAPÍTULO III - RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA.

Na etapa de educação infantil, é tão comum que as famílias e as professoras tenham uma comunicação frequente onde há a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família.
A escola é uma instituição que completa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência das crianças. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.

A busca de uma boa relação entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tenha como foco a criança. Além disso, a escola também exerce uma função educativa junto aos pais, discutindo, informando, aconselhando, encaminhando os mais diversos assuntos, para que a família e escola, em colaboração mútua, possam promover uma educação integral da criança.

Segundo Bassedas (1999, p. 282), da perspectiva psicológica, o fato de considerar o desenvolvimento das crianças um processo mediado social e culturalmente, mas que não passa de um processo dirigido por dentro e, em boa parte, impermeável na influência externa, obriga- nos a considerar a importância dos contextos, principalmente da escola e da família, nos quais esse crescimento pessoal é uma realidade.

Nesses contextos, entende-se que as crianças assumem alguns papéis, estabelecem algumas interações e participam em padrões de condutas cada vez mais complexas, de maneira que incorporam, aos poucos, os elementos próprios de sua cultura, à medida que encontram pessoas que lhes guiam, deixando-as participarem e acompanhando-as em direção à autonomia; dessa forma, o desenvolvimento pessoal será um fato inseparável da socialização.

Como não poderia ser de outra maneira, a interpretação que vai fazendo do mundo, das suas regularidades, das normas que o regem e do papel que desempenha reflete naquilo que se encontra em ambos os contextos. O que se apresenta tem elementos específicos de cada meio e de outros que são comuns, especialmente nessa etapa.
Quando se faz referência à necessidade de que exista uma relação construtiva e estável entre a escola e a família, relevamos a convivência, primeira, do conhecimento mútuo e, segundo, da possibilidade de compartilhar critérios educativos capazes de eliminar essas discrepâncias que podem ser prejudiciais à criança.

Precisa ficar claro que a escola e a família são contextos diferentes e que, nesses contextos, as crianças encontrarão coisas, pessoas e relações diversas, nisso consiste em parte a sua riqueza e potencialidade. Também é preciso considerar que as divergências nem sempre são da mesma ordem. Há muitas variáveis que incidem para que a perspectiva educadora de uma família e de uma escola encontre-se mais ou menos próximas.

Nesse sentido para favorecer o crescimento harmônico da criança, convém que os educadores dirijam seus esforços tanto às características das experiências educativas que estão ao seu alcance no contexto da escola, como às relações que estabelecem com seu contexto primário, que é a família. Todos os dois compartilham muitas funções educativas que buscam a socialização em determinados valores, a promoção das capacidades cognitivas, motoras, de equilíbrio pessoal, de relação interpessoal e de inserção social, e compartilham também, o cuidado e o bem-estar físico e psíquico, não perdendo de vista que ambos têm a responsabilidade de apoiar o que é feito no outro contexto e favorecer o desenvolvimento da criança.
Quando a criança ingressa na escola, por pequena que seja já viveu em sua família, um conjunto de experiências transcendentes a si. Os professores necessitam saber como é a criança, quais seus ritmos, que pautas de relação estão estabelecendo e com que pessoas, o que lhe agrada, etc.

Por outro lado, não há dúvidas de que a escola representa uma ampliação importantíssima do meio com o qual a criança interage, adultos diferentes, outros companheiros, espaços físicos e objetos distintos, novas pautas de relação, etc. A informação sobre como está atuando na escola, com outros adultos e companheiros pode ensiná-los a ver a criança de um jeito diferente.

Trata-se de um conhecimento progressivo e mútuo que tem a virtude de fornecer indicadores para os pais e professores não apenas de conhecerem melhor a criança que vive em todos os contextos, como também para irem fazendo uma representação cada vez mais ajustada dos interlocutores. Não há dúvidas de que tudo isso pode contribuir para ter uma visão mais ajustada de si mesmo, para entender melhor o que se passa em cada contexto e, por fim, viver com mais tranquilidade tudo o que faz à educação da criança. O contato entre os pais e professores deve servir para que possam ver-se como colaboradores que compartilham determinados interesses e tarefas.

Na pandemia esse compartilhamento foi ainda mais ativo, formou uma rede de parcerias um elo jamais visto, porém houve muitos casos de abandono por falta de recursos tecnológicos e não por falta de interesse.

Consequência interessante do conhecimento compartilhado progressivo que os pais e professores constroem sobre a criança é a possibilidade de estabelecer critérios educativos comuns. Cada contexto é diferente e, portanto, são diferentes as pautas de relação que se estabelecem os papéis que existam, as atividades nas quais se manifestam e as condutas que são esperadas. Porém com frequência, apresenta-se a de estabelecer determinados acordos que favorecem a transição da criança de um contexto ao outro, a coerência do que se pede a ela ou do que se proíbe, o que favorece, em uma só palavra, o seu desenvolvimento.

Muitas vezes, os pais e professores atuam de maneira diferente diante de uma mesma manifestação da criança, com frequência quando isso ocorre, sentimo-nos tentados a mostrar nossa bondade sobre a atuação da outra pessoa.

Uma condição prévia para combinar estratégias de intervenção em relação à criança consiste, precisamente, em entrar em acordo na interpretação que fazemos da conduta que nos preocupa. É possível que nos sintamos angustiados diante de uma criança que se mostre retraída e é possível, também, que sua mãe saiba que ela se comporta assim até adquirir confiança nas outras pessoas (ou seja, para confiar em alguém, essa criança precisa de mais tempo do que o considerado razoável). Atuar ou não fazer nada diante desse fato e de outros semelhantes exige, antes de tudo, estar de acordo quanto à sua significação.

Inicialmente, pode-se afirmar que nos dias atuais a escola não pode viver sem a família e a família não pode viver sem a escola, pois, é através da interação desse trabalho em conjunto, que tem como objetivo o desenvolvimento do bem-estar e da aprendizagem do educando/filho, os quais contribuirão na formação integral do mesmo.

Nesse sentido, é importante citar Içami Tiba (1996, p.140) que diz: “O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno”.

23. CONCLUSÃO

A pandemia não trouxe apenas maleficios na vida das crianças, trouxe mais momentos de interação entre a família que jamais existiram, muitos por falta de tempo, outros paciência, ou até mesmo por medo de não ser capaz de fazê- lo. A interação será duradoura, pois o ato de educar passou a ser ainda mais valorizado e compartilhado.

A criança aprende com mais facilidade quando as atividades proporcionadas são significativas para a mesma, que envolvam o seu cotidiano social, fazendo-a se sentir um ser integrante do processo ensino-aprendizagem. Para que a criança internalize um mundo de conhecimentos aliados às informações, que cada sujeito traz consigo, de sua experiência de vida e a família é de suma importancia nesse processo.

REFERÊNCIAS

BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil/Eulália Bassedas, Teresa Huguet & Isabel Sole; trado. Cristina Maria de Oliveira – Porto Alegre: Artesw Médicas Sul, 1999.
BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1998.
BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolecente. Organização dos textos, notas remissas e índices po Juarez de Oliveira, 3ª. Edição, São Paulo: Saraiva, 1993.
BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Na-